

Cândido José Mariano (Roberto Mendonça)



Mesmo transcorrida mais de uma centena de anos, o conflito de Canudos (1897) e seus personagens, qualquer que seja a categoria dos participantes, refluem com obstinada determinação. Assim acontece com Cândido Mariano, comandante da tropa amazonense na luta às

margens do rio Vaza Barris, na província da Bahia. O quartel da Praça da Polícia persiste reverenciando o seu mais respeitado guerreador. Após as condecorações e os prêmios, em nossas ruas hoje em dia, as viaturas policiais circulam caracterizadas com o inovador sistema identificador da ROCAM (Rondas Ostensivas Cândido Mariano). Afinal, de quem se trata?

Seu nome completo é Cândido José Mariano, e não deve ser confundido com Cândido Mariano Rondon. Nasceu na cidade de Alfenas, situada no sul de Minas Gerais, em 22 de maio de 1870. Era o segundo dos três filhos do advogado homônimo e de Francisca Leopoldina Gomes Mariano. O inocente Cândido, com pouco mais de dois meses de vida, foi batizado pelo padre Thomaz, pároco da matriz local de São José e Dolores. Os padrinhos foram: Bernardo José Mariano e Maria Joana Gomes, provavelmente seus tios, a julgar pelo sobrenome. O falecimento do chefe da família precipitou graves mudanças na disposição familiar, tanto que, antes dos quinze anos de idade, Mariano transferira-se para a capital da Corte.

Um tempo de mudança fluía no Rio de Janeiro, ante o desmoronamento do regime imperial. Os ideais republicanos disseminavam-se com maior fluxo entre os jovens militares, embora com ampla participação de intelectuais, jornalistas e acadêmicos, principalmente de Direito e Engenharia. Aos dezessete anos de idade, em 1887, depois de concluir o curso preparatório, Mariano matricula-se na Escola Militar da Corte. Pleno de idealismo e de entusiasmo, engaja-se na refrega política em proveito da República. Em razão desse engajamento, na noite de 22.08.1888, quando auxiliava na conferência do doutor Silva Jardim (acirrado propagandista republicano), é ferido por manifestantes contrários. De novo, em 30.12, quando Silva Jardim pronunciou um de seus mais memoráveis discursos, a *Guarda Negra* (elementos pró monarquia) invadiu o local, causando baixas lastimáveis. Mariano saiu seriamente contundido em defesa do propagandista.

Além disso, seu alistamento político causou-lhe outros embaraços, pois, além de ser preso disciplinarmente, foi transferido, em abril de 1889, para Fortaleza, onde o Exército acabava de instalar uma Escola militar. Em 26 de julho, o cadete participa da inauguração do Centro Republicano do Ceará, e mais tarde


do *meeting* pela instalação da República. No ano seguinte, o cadete Mariano retorna ao Rio e à Escola Militar, quando conclui o curso e alcança o oficialato. Em abril de 1892, o *Marechal de Ferro* (Floriano Peixoto) convoca elementos do Exército para escoltar deportados políticos para o Amazonas. Entre estes, José Joaquim Seabra que, encerrado o arbítrio, assumiria os Ministérios da Justiça e de Viação e Obras Públicas, e daria guarida e emprego ao focalizado. No cumprimento desta missão, o alferes Mariano desembarca, em 28 de abril, na capital amazonense. Como a encargo exigia a entrega dos condenados no local do degredo, o alferes seguiu até Cucui, no alto rio Negro.

No biênio 1893/95, período de tempo identificado no Exército pela Campanha do Paraná, o alferes Mariano colabora na organização e marcha com o batalhão patriótico Silva Telles. Lembra o homenageado que comandou o 1º batalhão da Força Policial paulista engajado na batalha. Encerrada a Campanha, o alferes pode retornar a Escola Superior de Guerra, para a conclusão de superior curso militar. Em 11.01.1896, recebe o grau de bacharel por conclusão do Curso de Estado Maior e Engenharia Militar.

Neste mesmo ano, durante o mês de setembro, o tenente Mariano desembarca em Manaus, posto pelo Ministério da Guerra à disposição do Governo para comandar o 1º batalhão do Regimento Militar do Estado. Governava o Amazonas o tenente (do Exército) Fileto Pires Ferreira, contemporâneos da Escola Militar, que o empossou em 1º de outubro. A Cidade latejava entusiasmo com o *esplendor do látex*. E se ornamentava para a inauguração do Teatro Amazonas (31.12), festa que o recém chegado compareceu cercado de seus camaradas, e no ensejo grafou a Ata competente. Ainda solteiro, o comandante do 1º batalhão enamorou-se de Fanny Ribas (20a), irmã de seu colega militar João Miguel Ribas, de família oriunda de Pelotas/RS. O casamento ocorreu em 22.05.1897, data em que Mariano completa 27 anos, e resultou em dois filhos: Lucy e Florian Ribas Mariano.

A vida conjugal tinha sua iniciação, quando o desdobramento da aventura messiânica de *Antonio Conselheiro* na província da Bahia espalhava incertezas. A República punha todo seu empenho para liquidar o ciclo da Campanha de Canudos, que afligiu Manaus devido o emprego do 1º Batalhão sob o comando de Candido Mariano, na fase final desta luta fratricida. Em 4 de agosto, embarca o batalhão amazonense, e alcança Canudos apenas 45 dias depois. Foi o último reforço contra *Conselheiro*, mas teve atuação destacada. Assim, quando demolido o bastião conselheirista (5 de outubro), a tropa amazonense marcha em retirada e, depois de embarques e desembarques, é ardorosamente acolhida, em Manaus. A data da chegada dos combatentes- 8 de novembro -, é festiva na Polícia Militar do Estado. Todos estes transe se encontram melhor narrados no livro intitulado *Cândido Mariano & Canudos*.

Sanado este pormenor, o homenageado reassume o cargo de Diretor de Obras Públicas. A Cidade era então um autêntico "canteiro de obras". Todavia, desacertos de ordem militar impelem Mariano a se demitir primeiro do comando do batalhão policial (01.07.1898) e um ano depois do Exército (1899), para permanecer, em Manaus, no exercício da profissão de engenheiro, especialmente como demarcador de terras. Em 1902, por intervenção do



governador Silverio Nery, assume uma vaga no Congresso estadual, decorrente do falecimento de um deputado. Define-se ao final do mandato o próprio deputado: *Fui um mau partidário e medíocre representante*. Todavia, a atuação política teria outra oportunidade. Por ocasião da instalação do Território Federal do Acre (1904), coube ao general Siqueira Menezes a fundação de Sena Madureira, mas com o afastamento deste oficial, Candido Mariano, seu auxiliar na empreitada, assumiu a prefeitura por um quinquênio (1905-10).

Expurgado do cargo, o ex-prefeito retorna ao Rio de Janeiro, onde mantivera a família, seja para aprimorar a educação dos filhos, seja para preservá-la de doenças endêmicas e outras pragas regionais. Não se conteve, porém, pois sempre demonstrou um disposição para a luta, para o desbravamento. Assim, aceita a nomeação e passa a fiscalizar o empreendimento da Madeira-Mamoré, conhecida por *Ferrovia do Diabo*, pelo numero de mortes contabilizadas em sua construção. Não resistiu mais que um ano nesta frente rigorosa de trabalho. Abandona definitivamente a Amazônia, retorna ao Rio para enfim, ao lado da companheira Fanny, curtir melhores momentos e, quem sabe, se preparar para a derradeira partida. Falece na Capital Federal, vitimado por um câncer, em 21 de novembro de 1941, estando sepultado no cemitério São João Batista.

A cidade de Manaus ainda conserva a memória de Candido José Mariano, igualmente colaborador de seu embelezamento, como Diretor das Obras Públicas, que auguro seja perenal, adotando seu nome em uma rua da área central de Manaus.

(*) Roberto Mendonça é Coronel reformado da Polícia Militar do Amazonas e Sócio-Efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.